

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                    |           |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                               | <b>2</b>  |
| Título: Piora nas previsões de chuvas eleva preços de energia .....                | 2         |
| Título: México quer rever preço de contratos de energia .....                      | 3         |
| Título: Destaques .....                                                            | 4         |
| Título: Linkx cobra e não entrega energia a clientes.....                          | 4         |
| Título: Exportações totais no Açúcar caem 27,8% em 2018 .....                      | 6         |
| Título: Enel vai à Justiça contra mudança em contrato da Celg.....                 | 8         |
| Título: Acidente na Vale leva minério ao maior preço em dois anos.....             | 11        |
| Título: Governo começa a definir ações para atender moradores e região .....       | 12        |
| <b>Título: MME vai colher informações sobre rompimento .....</b>                   | <b>13</b> |
| Título: Curtas .....                                                               | 15        |
| Título: Negociação da TAG pela Petrobras entra em rota final .....                 | 15        |
| Título: Estoques elevados mantêm etanol competitivo em plena entressafra .....     | 16        |
| Título: Lucro da São Martinho caiu 61% no 3º trimestre.....                        | 18        |
| Título: Debêntures a serviço dos canaviais .....                                   | 19        |
| Título: Vale e exterior recolocam Ibovespa em 94 mil pontos .....                  | 20        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                         | <b>22</b> |
| <b>Título: Política nuclear brasileira: o urânio é nosso? .....</b>                | <b>22</b> |
| Título: Governo prepara pacote de obras para Amazônia.....                         | 24        |
| Título: Credores questionam recuperação da Queiroz Galvão Energia na Justiça ..... | 26        |
| Título: Governo quer tirar trabalhadores de área de risco de barragens .....       | 28        |
| Título: Congresso pode criar CPI mista .....                                       | 29        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                            | <b>29</b> |

|                                                                           |           |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Título: Agência viciada.....                                              | 29        |
| Título: Procuradoria quer R\$ 2 mi de indenização por trabalhador .....   | 32        |
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                              | <b>33</b> |
| Título: Com processo, não há negociação com a Bolívia .....               | 33        |
| Título: Agência de mineração determina inspeção diária em barragens ..... | 34        |
| Título: Bolsa cai 0,98% em movimento de venda de ações .....              | 35        |
| Título: Incêndio atinge área da usina de Belo Monte, no Pará .....        | 36        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                                  | <b>36</b> |
| Título: 160 mortos identificados .....                                    | 36        |
| Título: ANM quer remoções em áreas de risco.....                          | 37        |
| Título: Começa o ano letivo .....                                         | 38        |

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 12/02/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: Camila Maia e Rafael Bitencourt | De São Paulo e Brasília**

**Título: Piora nas previsões de chuvas eleva preços de energia**

A piora das condições meteorológicas, com chuvas previstas para os próximos dias nas regiões dos reservatórios das hidrelétricas ainda mais abaixo da média histórica, fizeram com que o preço de energia no mercado à vista chegasse a R\$ 510,81 por megawatt-hora (MWh) nos submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul. A informação foi divulgada no fim da semana passada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O valor é ligeiramente inferior ao teto estabelecido para este ano, de R\$ 513,89/MWh.

Na sexta-feira, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) publicou a revisão semanal do Programa Mensal da Operação (PMO), que apontou piora nas chuvas previstas para fevereiro. Um encontro extraordinário do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) aconteceu em seguida, quando foi

liberado o despacho de termelétricas com custo de geração de até R\$ 588,75/MWh no Sudeste e no Sul, acima do valor máximo apontado pelos modelos computacionais, por causa da piora das projeções meteorológicas.

Segundo fontes, o encontro foi marcado depois da atualização do PMO justamente para que os membros do comitê pudessem tomar uma decisão sobre o despacho de termelétricas fora da ordem de mérito levando em conta os dados mais atuais possíveis sobre as condições de operação do sistema.

Na sexta, o ONS reduziu as projeções de afluições do submercado Sudeste/Centro-Oeste de 63% da média histórica para 60%. No Sul, a projeção caiu de 75% para 65%. Considerando todo o país, a expectativa de afluições passou de 62% para 57%.

Segundo fontes, o CMSE vai divulgar em breve um critério objetivo para o desligamento das térmicas mais caras cujo despacho foi autorizado. Esse critério será tornado público a fim de permitir que os agentes tenham previsibilidade nas suas operações.

A diferença entre o PLD e o custo das termelétricas despachadas será paga por meio de encargo cobrado de todos os consumidores. Outra decisão tomada pelo CMSE na sexta-feira, que também pode ser custeada pelos consumidores é a autorização para que o ONS considere a importação de energia do Uruguai e da Argentina, como "recurso adicional" para ajudar a garantir o atendimento da demanda. O mecanismo está previsto nas normas do setor e geralmente funciona por meio da troca de volumes equivalentes de energia.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 12/02/2019**

**Seção: Internacional**

**Autor:**

**Título: México quer rever preço de contratos de energia**

O presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, disse ontem que quer revisar os contratos que as empresas privadas de energia têm com a estatal Comissão Federal de Eletricidade (CFE) para que não subam os preços.

"Estamos tentando uma reestruturação voluntária de acordos e compromissos. O governo mexicano está comprometido em não aumentar os preços da eletricidade para os consumidores, mas queremos que as empresas privadas ajudem nessa iniciativa", disse.

Obrador observou que a estatal CFE já é obrigada a pagar bilhões de dólares às empresas privadas que desenvolveram sete gasodutos para abastecer usinas de

energia, embora os projetos estejam incompletos e sejam incapazes de fornecer gás. Dentre as empresas envolvidas estão a IEnova, a TransCanada Corp e Carso, do magnata mexicano Carlos Slim.

Obrador anunciou ainda que a Procuradoria-Geral abriu investigação contra ex-diretores da CFE e da petroleira estatal Pemex.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Destaques

### **Pátria, Shell e Mitsubishi**

Pátria Investimentos, Shell e Mitsubishi Hitachi Power Systems (MHPS) formalizaram ontem a constituição de uma joint venture para a construção e operação da termelétrica a gás Marlim Azul, em Macaé (RJ). Ao todo, serão investidos US\$ 700 milhões para construir a usina. Marlim Azul, que tem capacidade instalada de 565 megawatts, marca a estreia da Shell no setor de geração de energia elétrica no Brasil. Inicialmente, a petroleira havia entrado no projeto como fornecedora do gás natural que será consumido na usina.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia e Rafael Bitencourt | De São Paulo e Brasília

**Título:** Linkx cobra e não entrega energia a clientes

A inesperada virada de preços de energia neste início de ano fez mais uma vítima: a comercializadora Linkx informou ontem a determinados clientes que não iria conseguir honrar os contratos de venda de energia, no segundo calote no mercado livre apenas em fevereiro. O evento teve um componente adicional, que gerou grande revolta no setor. A Linkx cobrou a energia vendida na sexta-feira e notificou os agentes ontem que não teria lastro para a entrega. Assim, as atingidas terão prejuízo em dobro, pois também precisarão pagar a exposição na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Linkx vendeu contratos de energia sem ter lastro em carteira para isso, apostando na manutenção dos preços baixos no mercado à vista. A hidrologia prevista em dezembro para este ano, contudo, não se confirmou, expondo a empresa a um preço à vista (PLD) mais elevado. Para esta semana, por exemplo, o PLD está em R\$ 510,81 por megawatt-hora (MWh) no Sudeste.

Para piorar a situação, a Linkx foi uma das comercializadoras que tomou um calote da Vega Energy, que, atingida pelo mesmo problema, deixou um rombo de cerca de R\$ 180 milhões no mercado livre. De acordo com uma lista de credores da Vega que circula entre os agentes do setor elétrico, a Linkx teria ficado com prejuízo de R\$ 3,8 milhões com o primeiro calote.

Na notificação enviada aos seus credores, a Linkx não explicitou o nome da Vega, mas disse que foi "largamente prejudicada" pelos desequilíbrios gerados pelas chuvas abaixo do esperado, e afirmou que "vários de seus ajustes contratuais não foram honrados pela outra parte, tornando impossível o cumprimento do contrato."

"Assim, por motivos alheios a sua vontade, a notificante se viu impossibilitada de disponibilizar no ponto de entrega a quantidade de energia que estava prevista no contrato para entrega no último 8 de fevereiro de 2019", diz o documento enviado pela Linkx, ao qual o **Valor** teve acesso.

O "efeito cascata" da quebra da Vega já era esperado no setor elétrico, e as comercializadoras devem assumir os prejuízos para evitar que os problemas se propaguem. Algumas empresas de menor porte, contudo, não têm condições de assumir os prejuízos. Além disso, as condições de liquidez no mercado estão comprometidas, apurou o **Valor** com diversos agentes do mercado. Isso porque muitos estão limitando seus negócios a uma análise de risco mais conservadora.

Comenta-se no mercado que a Linkx vendeu contratos de energia e não entregou para onze comercializadoras, entre elas Principal, Rio Alto, Boven, Migratio, Argon, Comercializa, Safira e Eletron.

No caso da Vega, a Boven foi a comercializadora com maior prejuízo, da ordem de R\$ 49 milhões. Ao **Valor**, o presidente da comercializadora, Otto Resende Vilela, confirmou que foi notificado do calote pela Linkx, mas disse que o montante é muito menor. "A Linkx emitiu fatura. Quem comprou energia deles pagou, e agora ela enviou uma notificação falando que não iria entregar. Vamos ter que pagar duas vezes", disse Vilela. Para a Boven, o baque será minimizado pelo fato de que a comercializadora é credora na CCEE, com recursos a receber. "Como vai entrar um débito, vai abater do nosso crédito", disse.

"Em um mercado volátil como o nosso, as empresas que calculam mal o risco e não sabem fazer hedge vão sendo eliminadas", disse Christopher Vlavianos, presidente da Comerc, que levou um calote de mais de R\$ 7 milhões da Vega, mas tem recursos para fazer frente sem maiores complicações.

Segundo Vlavianos, uma diferença grande hoje é que a CCEE faz um trabalho de monitoramento e de suspensão de agentes. "Não há prejuízo sistêmico como no passado", disse. Ontem, o conselho de administração da CCEE suspendeu o registro de novas operações de compra e venda da Linkx, o mesmo que já foi feito com a Vega.

Em seu relatório mensal, a consultoria PSR defendeu aperfeiçoamentos no mercado livre para evitar que casos como esse se repitam, incluindo obrigar as comercializadoras a manterem capital compatível com o volume de energia negociada, a exemplo do que ocorre no mercado financeiro.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Carro | Do Rio

**Título:** Exportações totais no Açu caem 27,8% em 2018

Idealizado como ponto de partida para nova rota do minério de ferro brasileiro para a China, o Porto do Açu terminou 2018 com o menor nível de exportações em quatro anos. Em valores, os embarques de produtos para o exterior a partir do porto situado em São João da Barra, no Norte Fluminense, somaram US\$ 355,04 milhões, de acordo com estatísticas oficiais de comércio exterior. O montante é superior apenas ao registrado em 2014 (US\$ 32,9 milhões), quando o porto iniciou suas operações.

Na comparação com 2017, o valor exportado caiu 27,8%. Por detrás da queda está a paralisação no funcionamento do mineroduto Minas-Rio, da Anglo American, em março do ano passado, após dois rompimentos na estrutura de 529 quilômetros de extensão que liga Conceição do Mato Dentro (MG) ao Porto do Açu. O mineroduto voltou a operar apenas em 21 de dezembro. Isso explica porque em dezembro os tubos flexíveis de metal responderam por 82% da receita de exportações do Porto do Açu. Outros 17% foram resultantes de vendas externas de petróleo.

"Até outubro, novembro o petróleo praticamente não aparecia [nas exportações]", conta Alcimar das Chagas, professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) e autor do livro "A economia norte fluminense: análise da conjuntura e perspectivas."

Nos últimos anos, o Açu vem reforçando sua atuação no segmento de óleo e gás. De acordo com a assessoria de imprensa do porto, a Açu Petróleo - empresa responsável pelo terminal de petróleo - realizou no ano passado 40 operações do tipo ship-to-ship (transferências de petróleo ou derivados entre navios-tanques). O número representa alta de 235%, quando comparado com 2017. Com isso, a empresa totalizou 60 operações desde o início das suas atividades, em 2016.

Em janeiro, o Açu contabilizou US\$ 17,81 bilhões em exportações, valor 142,1% superior ao registrado em janeiro de 2018, segundo dados do antigo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) compilados por Chagas. A maior parte dos embarques foi novamente de tubos flexíveis destinados à Holanda.

***Nos últimos anos, o porto instalado no Norte Fluminense vem reforçando a atuação no segmento de óleo e gás***

A origem do porto remonta ao início dos anos 2000, quando o projeto em São João da Barra era visto como alternativa para a saturação de Macaé, ponto nevrálgico da indústria petrolífera fluminense. À época, o empreendimento estava orçado em US\$ 100 milhões, investimento que deveria ser dividido em partes iguais entre o governo, a Petrobras e o setor privado. O projeto não foi adiante.

Em 2006, no governo de Rosinha Garotinho, o então secretário de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Wagner Vichter, levou a proposta do novo porto ao empresário Eike Batista, lembra Chagas.

Eike comprou a ideia e a construção do Porto do Açu começou em outubro de 2007. "O mineroduto é praticamente uma linha reta entre o porto e Conceição do Mato Dentro [onde Eike tinha originalmente reservas de minério de ferro]", diz Chagas, professor da cadeira de economia do curso de engenharia de produção. Com o colapso do império de Eike, o empreendimento passou a ser controlado pelo fundo americano EIG Global Energy Partners, atuante nos setores de energia e infraestrutura. É o EIG quem detém o controle da Prumo Logística, empresa responsável pelo Açu.

Em funcionamento desde 2014, o terminal de minério de ferro do Porto do Açu é operado pela Ferroport, uma joint venture entre Anglo American (50%) e Prumo (50%). Com capacidade para movimentar 26,5 milhões de toneladas de minério por ano, o terminal alcançou 18 milhões de toneladas movimentadas em 2017 - 600 mil toneladas a mais do que no ano anterior e o dobro de 2015.

Além do terminal de minério de ferro, o porto dispõe de outros dez, incluindo um dedicado ao transbordo de petróleo e um multicargas. Dados do MDIC, hoje parte do Ministério da Economia, indicam que o auge do Açú foi 2016, quando suas exportações somaram US\$ 715,3 milhões, superando o Porto de Itaguaí, centro exportador já consolidado de minério de ferro. No ano passado, como consequência da paralisação nas atividades do mineroduto, o total de exportações do Açú foi quase quatro vezes menor do que o do Porto de Itaguaí (US\$ 1,36 bilhão).

Apesar da queda nas exportações em 2018, a assessoria do porto informa que o terminal multicargas do Açú encerrou o ano com 656 mil toneladas movimentadas, um aumento de 16% se comparado a 2017 e 12 vezes mais do que o movimentado em 2016, quando o terminal foi inaugurado.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Enel vai à Justiça contra mudança em contrato da Celg

O grupo italiano Enel pretende entrar na Justiça contra uma lei aprovada neste ano pela assembleia legislativa de Goiás e que prevê que a Enel Distribuição Goiás (antiga Celg D, adquirida em 2016 pela companhia) seja obrigada a arcar com dívidas administrativas e judiciais da empresa geradas entre 2012 e 2015. A lei anterior determinava que o passivo existente até janeiro de 2015 seria bancado por um fundo criado pelo governo estadual, fruto do acordo de gestão compartilhada firmado entre Eletrobras e governo goiano, em 2012.

"Um passo óbvio é por em marcha todas as ferramentas jurídicas que temos em um processo formal entre as partes", afirmou o presidente da Enel no Brasil, Nicola Cotugno, ao **Valor**. "Foi feita uma lei, algo formal, não apenas uma intenção. Temos que tomar as ações que podemos para reagir juridicamente a esta decisão", completou o executivo.

Segundo ele, a companhia foi pega de surpresa pela decisão da assembleia goiana. E, até o momento, não houve um canal de diálogo com o novo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), autor da nova lei e que a sancionou na última segunda-feira.

Apesar disso, o presidente da Enel no Brasil disse que a companhia está aberta a conversas com o governo goiano para encontrar uma solução. "Estamos sempre abertos a conversar com todas as instituições. Mas, para passos oficiais e

formais, temos que contestar com passos oficiais e formais. Achamos que temos um espaço e uma razão para chegar a outro tipo de solução. [A decisão do legislativo goiano] fere a credibilidade de um Estado, de um país".

Segundo o executivo, a nova lei tem dois grandes impactos. O primeiro é que a medida fere a segurança jurídica de um projeto de privatização. E o segundo é que a mudança na legislação poderá acarretar na redução dos investimentos da companhia.

Cotugno disse que a Enel vem investindo anualmente R\$ 800 milhões na distribuidora de Goiás, valor acima do exigido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a melhoria das condições operacionais da companhia e mais que o dobro do que a distribuidora goiana investia antes da privatização, cerca de R\$ 300 milhões.

De acordo com ele, o indicador de duração de interrupções de fornecimento de energia em Goiás diminuiu em cerca de 6 horas, entre dezembro de 2017 e igual mês de 2018, para 26 horas, a melhor marca da empresa desde dezembro de 2011. A Enel venceu o leilão de privatização da Celg D em novembro de 2016, ofertando R\$ 2,2 bilhões pela empresa. A italiana assumiu de fato a operação da distribuidora em fevereiro do ano seguinte.

### ***Episódio ocorre em meio à tentativa do governo Bolsonaro de privatizar empresas e atrair investimentos privados***

Em sua conta no Twitter, Caiado negou que a medida seja quebra de contrato. "É obrigação de um gestor público proteger o contribuinte. Não existe quebra de contrato com a Enel. Apenas seremos rigorosos na análise das dívidas apresentadas ao governo de Goiás. Isso é zelo com o dinheiro dos goianos", completou.

Ao **Valor**, a Enel não informou o potencial impacto financeiro das contingências da Celg D, entre abril de 2012 e janeiro de 2015. Cotugno, porém, disse que a medida atacou muito mais a confiança do investidor do que o dano específico causado por ela.

O presidente da Enel no Brasil afirmou que também pretende discutir o assunto com o governo federal, mas ainda não há data marcada para um encontro com algum representante do governo Bolsonaro. "Vamos expressar essa inquietude que temos e obviamente confiamos que o governo federal tenha em conta este tema".

O episódio ocorre em meio à estratégia em curso pelo governo federal de privatização de empresas e atração de investimentos privados, sobretudo em infraestrutura. Em evento sobre a desestatização das distribuidoras da Eletrobras, organizado pelo BNDES na última semana, no Rio, representantes do governo, entre eles o presidente do banco, Joaquim Levy, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o ministro da secretaria de governo, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, destacaram a importância da segurança jurídica no processo de privatização.

"Além da agilidade e qualidade, buscamos cooperar com parceiros institucionais para garantir a conformidade e segurança jurídica capazes de tornar o ativo interessante para o setor privado e trazer o melhor para a sociedade", afirmou o presidente do BNDES, no evento.

De acordo com Cotugno, apesar do imbróglio com o governo e a assembleia legislativa de Goiás, o Brasil continua sendo uma das prioridades do grupo italiano. Entre 2016 e 2017, a companhia investiu aproximadamente R\$ 10,8 bilhões no país, em geração de energias renováveis, distribuição de energia e uma termelétrica a gás natural em Fortaleza (CE). Além desse montante, a companhia desembolsou outros R\$ 3,7 bilhões na aquisição da Celg D e na hidrelétrica de Volta Grande, que pertencia anteriormente à Cemig.

O volume de investimentos realizados em 2018 ainda será divulgado no balanço das empresas brasileiras da Enel no fim de fevereiro. No ano passado, porém, apenas o investimento na compra das ações da Eletropaulo (atual Enel Distribuição São Paulo) e no aumento de capital da companhia totalizaram R\$ 8,6 bilhões.

Com a aquisição da Eletropaulo, a Enel se tornou o maior grupo de distribuição de energia do país, em número de clientes, com um total de 17 milhões de consumidores atendidos por quatro distribuidoras, em São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Ceará.

Em novembro do ano passado, o grupo anunciou um plano de investimentos de € 4 bilhões no Brasil, entre 2019 e 2021, sem considerar potenciais aquisições e novos projetos de geração de energia. Desse total, € 2,2 bilhões serão destinados ao setor de distribuição.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 12/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes | De São Paulo****Título: Acidente na Vale leva minério ao maior preço em dois anos**

O rompimento da barragem I da Mina do Feijão, da Vale em Brumadinho (MG), e seus desdobramentos nas operações da maior produtora de minério de ferro do mundo levaram a commodity a registrar novo recorde. Na volta do feriado prolongado do Ano Novo Lunar, na China, enquanto os contratos futuros atingiram o limite de alta em Dalian, a tonelada da commodity no mercado à vista alcançou o maior preço desde março de 2017, com as preocupações em relação ao crescimento chinês compensadas pela restrição de oferta no curtíssimo prazo.

Segundo a "Metal Bulletin", a tonelada do minério de ferro com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao avançou 5,9%, para US\$ 90,58 a tonelada. Desde 20 de março de 2017, quando a tonelada atingiu US\$ 91,49, os preços não tinham voltado a tocar a casa dos US\$ 90. Com o desempenho de ontem, a commodity acumula valorização de 24,54% em 2019. No mês, a alta é de 6,14%.

Os contratos futuros negociados em outras praças já indicavam que a retomada pós-feriado, que fechou o mercado chinês na semana passada, seria de valorização importante. Na Bolsa de Commodities de Dalian, o contrato de minério de ferro para maio subiu 30,50 yuans em relação ao fechamento de 1º de fevereiro, para 652 yuans (US\$ 96,66) a tonelada.

Após o acidente em Brumadinho, analistas internacionais apontaram que a tonelada da commodity pode chegar a US\$ 100 no curto prazo. No UBS, o preço projetado para 2019 foi revisto de US\$ 65 para US\$ 74 a tonelada - e, para 2020, subiu de US\$ 66 para US\$ 70 por tonelada.

Em relatório de sexta-feira, o banco calculava que, neste momento, a Vale tem o equivalente a 50 milhões de toneladas de produção ao ano paralisada. Essa perda, porém, deve ser parcialmente compensada pelo aumento de produção em outras minas, sobretudo Carajás (PA).

Na avaliação do Julius Baer, as commodities em geral seguem mostrando desempenho em linha com os ativos de risco, com exceção do minério. "O mais recente incidente em mineração no Brasil alimentou temores relacionados à oferta e jogou para o segundo plano, ao menos temporariamente, os receios com o crescimento da China", informou o banco.

Há uma semana, porém, o analista de commodities Carsten Menke, do Julius Baer, destacou que, embora os riscos crescentes de oferta deem suporte para preços mais altos no curto prazo, no longo prazo o mercado deve permanecer bem abastecido, diante da sazonalidade e da demanda mais fraca das siderúrgicas chinesas.

Ao jornal "Financial Times", por sua vez, analistas do banco ANZ, destacaram que os riscos de maior redução de oferta cresceram fortemente na semana passada, depois que foi determinada a suspensão das operações em uma barragem da mina de Brucutu, também da Vale, em Minas Gerais.

As ações das mineradoras Rio Tinto e BHP fecharam em alta ontem na bolsa de Londres. A Rio Tinto subiu 0,52% e a BHP, 1,3%. Na B3, a Vale perdeu 2,64%.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 12/02/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Carla Araújo, Fábio Pupo e Andrea Jubé | De Brasília**

**Título: Governo começa a definir ações para atender moradores e região**

Quase 20 dias após o rompimento de uma barragem da Vale em Brumadinho (MG), o governo começa a delinear políticas voltadas para a recuperação da cidade e o futuro dos habitantes. Estão em gestação no Ministério da Cidadania ações com foco em parcerias entre o setor público e privado, e o aproveitamento do potencial turístico e produtivo local. O governo antecipou pagamentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos moradores. Em contrapartida, estudava ontem rever a liberação dos saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para as vítimas da tragédia.

No contexto de ações para o futuro, o vice-presidente Hamilton Mourão também sugeriu a construção de um monumento para as vítimas da tragédia: o levantamento mais recente contabilizou 165 mortes confirmadas e 155 pessoas desaparecidas. Uma fonte do governo adiantou ao **Valor** que o ministro da Cidadania, Osmar Terra, quer ampliar a oferta de microcrédito para a população atingida pelo desastre, além de desenvolver ações de inclusão produtiva rural e estimular a adesão ao programa Criança Feliz, entre medidas a serem anunciadas em breve.

Um integrante do conselho de ministros que elabora as ações relativas à tragédia disse ao **Valor** que é o momento do governo refletir sobre o futuro de Brumadinho. Este ministro diz que a União vai delinear ações amplas de socorro ao município e à população, mas vai depender da cobrança objetiva da Prefeitura e do governo de Minas Gerais. "Não é a União que licita, que

contrata, precisamos que eles [governos estadual e municipal] nos deem essa boa cobrança de estar junto a eles nesse processo", argumentou.

O decreto que antecipou os pagamentos dos benefícios do INSS aos moradores de Brumadinho deve atender mais de mil pessoas, segundo o Ministério da Economia. O decreto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União na última sexta-feira. A medida contempla quem tem direito a benefícios previdenciários e assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS). A decisão havia sido anunciada na semana passada pelo governo e foi confirmada pelo decreto 9.700.

A medida valerá para todos os beneficiários registrados no município, independentemente de terem sido direta ou indiretamente afetados pela tragédia do rompimento de uma barragem da mineradora Vale na cidade.

Em contrapartida, o conselho de ministros reuniu-se ontem para rever a decisão de liberar o FGTS para as vítimas do desastre, mas não chegaram a um consenso sobre o tema. A decisão de liberar o saque foi anunciada três dias após o rompimento da barragem.

Ontem no fim da manhã, o ministro da Casa Civil, Onyx Lonrenzoni, afirmou que o uso do FGTS neste caso não seria justo. "O FGTS é um recurso da pessoa, que ao longo da sua vida vai acumulando. Não é justo que um terceiro dê causa e a pessoa tenha que arcar com seu próprio recurso", disse. Para o ministro, o prejuízo deve ser arcado pela Vale, responsável pela barragem. "A própria AGU [Advocacia-Geral da União] vai ter que entrar nessa circunstância, porque vai ter que ser cobrado da Vale." De acordo com a Caixa, seriam liberados até R\$ 6.220 a cada morador da área atingida que tenha saldo no FGTS.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rafael Bitencourt | De Brasília

**Título:** MME vai colher informações sobre rompimento

**O Ministério de Minas e Energia (MME)** baixou ontem portaria que determina "coletar todas as informações, dados, documentos, manifestações e decisões" relacionados ao rompimento da barragem de rejeitos de mineração, em Brumadinho (MG). A estrutura, localizada no complexo da mina Córrego Feijão, pertence à Vale.

De acordo com a Secretaria de Geologia e Mineração do MME, a investigação "servirá para a adoção das providências que se fizerem necessárias quanto à prevenção, controle e mitigação das consequências dos danos provocados pelo rompimento da barragem (...), bem como para adoção de providências afins quanto à segurança de barragens".

Apesar de sugerir que a Vale será submetida a investigação, a medida do ministério pode se restringir ao mero levantamento de informações, em âmbito administrativo, dentro da Secretaria de Geologia e Mineração sobre o caso. O rompimento da barragem provocou, até o momento, a morte de 165 pessoas e ainda existem 155 desaparecidos.

O ministério esclareceu, no entanto, que enviou ofício ao Agência Nacional de Mineração (ANM) para que o órgão regulador crie um cadastro de empresas de auditoria independente, especializadas em programas de integridade - "compliance" - aptas a avaliarem as condições das barragens. O custo da contratação das empresas será assumido pelas mineradoras.

Ontem, a agência determinou que as barragens de rejeitos de mineração construídas com a técnica de alteamento a montante, a mesma utilizada na estrutura de Brumadinho, sejam inspecionadas diariamente. A nova rotina deverá ser implantada imediatamente. Antes, o trabalho deveria ocorrer a cada 15 dias.

A agência reguladora informou que os dados apurados nas inspeções deverão ser lançados no Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM). O controle eletrônico permite que o alerta de risco seja disparado em tempo real para aparelhos celulares de fiscais do órgão.

Também foram reduzidos prazos envolvendo entrega de declarações, adoção de medidas de aumento da segurança e verificação do risco de rompimento.

Apesar da tentativa de aumentar o rigor no controle das barragens, a agência ainda enfrenta a dificuldade de impor penalidades mais duras às mineradoras. A regulamentação vigente prevê a aplicação de multas com valores irrisórios, limitados à R\$ 3,4 mil, além da possibilidade de interdições nos empreendimentos.

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Data:** 12/02/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

### Lucro da Comgás

A Comgás registrou lucro líquido de R\$ 1,34 bilhão em 2018, mais que o dobro do registrado no mesmo período do ano anterior, de R\$ 640 milhões. Também na comparação anual, a receita subiu 23,5%, para R\$ 6,84 bilhões. Entre os pontos que beneficiaram o balanço, está a receita financeira líquida de R\$ 78,7 milhões, contra perda financeira líquida de R\$ 225,5 milhões em 2017. A Comgás também registrou redução de 89% das despesas operacionais, em base anual, para R\$ 95,2 milhões. O lucro no quarto trimestre cresceu 371%, na comparação anual, somando R\$ 858,8 milhões. No mesmo período, a receita avançou 20,6%, para R\$ 2,32 bilhões. A receita operacional líquida nos últimos três meses do ano passado foi de R\$ 1,9 bilhão, alta de 28%.

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Data:** 12/02/2019**Seção:** Empresas**Autor:** Graziella Valenti, Rodrigo Polito e André Ramalho | De São Paulo e do Rio**Título:** Negociação da TAG pela Petrobras entra em rota final

Depois de um longo período parado, o processo de venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobras entrou em fase de finalização, com uma oferta de US\$ 8 bilhões pelo grupo francês de gás e energia Engie, segundo fonte próxima ao tema.

Esse valor é por participação de 90% que a estatal colocou à venda e, dentro dele, está a quitação imediata de uma dívida com o BNDES, relacionada à construção da TAG - estimada em R\$ 5 bilhões. A transportadora é o maior ativo isolado da Petrobras dentro do programa de desinvestimento, que prevê a obtenção de quase US\$ 27 bilhões, até 2023, com alienações.

Os termos finais do negócio estão sendo redigidos, após um período de exclusividade para os franceses. A expectativa é que tudo esteja concluído até a próxima semana. Pelo ritual da Petrobras, que é diferenciado por ser uma companhia estatal, o negócio é novamente oferecido a todos os que apresentaram proposta após o desenho final. Esses interessados têm,

normalmente, entre duas e três semanas para avaliar e se organizar, caso queiram brigar pelo negócio.

Outros grupos apresentaram propostas. Conforme o **Valor** apurou, a oferta do Mubadala junto com a AIG e outros sócios foi próxima desse total. Todas as ofertas foram acima de US\$ 7 bilhões, segundo fontes próximas às negociações. A Petrobras retomou o processo de venda da TAG, dona de uma rede de gasodutos de cerca de 4,5 mil km de extensão no Norte e Nordeste, em 17 de janeiro, após decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça para a continuidade do negócio.

O **Valor** apurou que, para o negócio, a Engie costura um consórcio com o fundo de pensão canadense Caisse de Depot et Placement du Quebec (CDPQ). O consórcio foi a ofertante preferencial no processo competitivo de venda. Nessa fase do negócio, as empresas negociavam aspectos contratuais, como valor e o contrato de operação com a Transpetro, subsidiária da Petrobras que opera os dutos.

As conversas entre a Petrobras e a multinacional avançaram mais rápido do que o esperado. Em novembro, em teleconferência com analistas, o presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini, disse acreditar que, a partir do momento em que as conversas fossem retomadas, seriam necessários cerca de três meses para sacramentar o negócio. Ele destacou que, antes de serem interrompidas por decisão judicial, as conversas estavam "bastante adiantadas".

Na ocasião, Sattamini explicou que a Engie é a ofertante preferencial do negócio, mas que, assim que concluídas as conversas sobre as condições contratuais, elas serão apresentadas para os demais concorrentes para uma nova rodada de preços.

"Isso feito, essas condições vão ser apresentadas aos demais ofertantes e vai ter uma nova rodada de oferta de preço, dentro daquelas condições discutidas pelo ofertante preferencial... Isso deve levar a gente para uma transação não antes de janeiro, fevereiro, março do ano que vem."

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Agronegócios

**Autor:** Camila Souza Ramos | De São Paulo

**Título:** Estoques elevados mantêm etanol competitivo em plena entressafra

Em plena entressafra de cana, quando a imensa maioria das usinas do Centro-Sul do país está parada para manutenção, o etanol hidratado continua

amplamente competitivo nos postos de combustíveis dos principais centros consumidores, o que vem garantindo boa demanda e vendas elevadas. Essa dinâmica favorece os motoristas, mas impõe um desafio para as usinas, que estão acostumadas a preços mais remuneradores nesta época do ano.

Pelo menos desde meados de dezembro os preços médios do etanol estão abaixo de 70% dos valores cobrados pela gasolina em São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, que representam aproximadamente 85% das vendas nacionais do produto. Até 70%, o biocombustível é considerado economicamente mais vantajoso que o concorrente fóssil para a média da frota de veículos leves com motor flex no Brasil.

No mais recente levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizado entre os dias 3 e 9 de fevereiro, o preço do hidratado nos postos paulistas ficou, na média, em R\$ 2,592 o litro, 64% do preço da gasolina e valor 10% mais baixo que o observado no mesmo período do ano passado.

Em janeiro, os preços que as usinas recebem pelo produto chegaram a cair quase 9%. Entre 4 e 8 de fevereiro, o indicador Cepea/Esalq para o hidratado reagiu parcialmente às quedas anteriores e subiu 3,74%, para R\$ 1,58 o litro, em média. Ainda assim, no acumulado deste ano ainda há baixa de 3,4%, e os preços que as usinas paulistas têm recebido pelo etanol está 13,8% abaixo do patamar registrado em igual intervalo da temporada passada.

Para as usinas, a situação é delicada, porque quem pode reservou etanol para vender na entressafra prevendo preços maiores. No último levantamento de estoques do Ministério da Agricultura, referente a 15 de janeiro, havia armazenado no Centro-Sul um volume de 4,499 bilhões de litros de etanol hidratado, 67% acima da quantidade estocada um ano atrás - em relação à média das quatro últimas safras, o aumento chega a 61%.

Essa oferta abundante reflete uma safra em que as usinas buscaram ocupar o máximo de sua capacidade produtiva para a produção do biocombustível, e o volume só não é maior porque o produto está sendo vendido como água. Após as vendas de etanol hidratado aos motoristas terem batido o recorde anual de 19,4 bilhões de litros em 2018, analistas estimam que o mercado continuará aquecido até o fim da atual entressafra, em março próximo, antes da entrada da oferta de etanol do ciclo 2019/20.

"Para a safra terminar com o mesmo nível de estoques da anterior, as vendas das usinas têm que alcançar cerca de 900 milhões de litros por quinzena, ou um pouco menos", afirmou Willian Hernandez, sócio da consultoria FG/A, em Ribeirão Preto. Para garantir as vendas aquecidas, porém, os preços do etanol vão ter que continuar guardando distância em relação à gasolina. "Muito provavelmente, os preços de etanol na bomba vão ficar abaixo da paridade de 70% até o fim da safra", disse Julio Borges, da JOB Consultoria.

Para Hernandez, mesmo que a correlação fique um pouco menos vantajosa, as vendas deverão seguir aquecidas por causa da inércia do consumo. "Quanto mais tempo passa, maior tende a ser o consumo no mesmo nível de preços. Ou o preço pode subir para manter o volume das vendas estável", disse o especialista.

O ritmo das vendas também dependerá do início da retomada da moagem de cana, já que uma antecipação da safra pode acelerar a pressão causada pela entrada da nova oferta. "Mas as usinas estão fazendo uma calibragem e administrando a oferta para que não haja excedente no fim da safra", avaliou Borges.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 12/02/2019**

**Seção: Agronegócios**

**Autor: De São Paulo**

**Título: Lucro da São Martinho caiu 61% no 3º trimestre**

A quebra da safra 2018/19 de cana, decorrente de uma longa estiagem, e a estratégia de concentrar parte dos embarques de açúcar no fim da temporada prejudicaram os resultados do grupo sucroalcooleiro São Martinho no terceiro trimestre (encerrado em dezembro). No período, o lucro líquido da empresa caiu 60,9%, para R\$ 65,9 milhões.

Dona de quatro usinas, a companhia processou 7,9% menos cana na safra atual do que na anterior, ou 20,45 milhões de toneladas. Embora a falta de umidade tenha ajudado a aumentar a concentração de sacarose, a redução da quantidade de cana processada foi maior, o que teve reflexo direto na receita. Excluídos os efeitos da contabilidade de hedge, a receita líquida da São Martinho caiu 6,3%, atingindo R\$ 842,6 milhões.

Em comunicado, a companhia explicou que a queda na receita com as vendas de açúcar reflete tanto a preferência pelo etanol como a decisão de concentrar os embarques do adoçante no quarto trimestre do ano-safra 2018/19. No

terceiro trimestre, as vendas de açúcar renderam R\$ 269,9 milhões, redução de 34% na comparação anual.

Além disso, com a menor disponibilidade de matéria-prima, sobretudo no terceiro trimestre, a companhia não conseguiu diluir os custos fixos, que pressionaram a margem operacional. O custo operacional avançou 9,5%, para R\$ 360,8 milhões. Outro fator que pesou sobre os resultados foi a menor quantidade de bagaço, o que reduziu a cogeração de energia - atividade que costuma entregar boas margens.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado ficou em R\$ 417,3 milhões no trimestre, redução de 16,1%. A margem Ebitda ajustada caiu 5,8 pontos percentuais, para 49,5%.

Para o trimestre atual - que começou com preços fracos tanto de açúcar como de etanol -, a companhia carregou um volume maior do biocombustível do que um ano atrás, mas menos açúcar. Havia armazenado no fim do trimestre 439,8 milhões de litros de etanol, aumento 7,6%, e 363,5 mil toneladas de açúcar, queda de 15,5%.

A São Martinho ressaltou, em comunicado, que o etanol a ser vendido neste trimestre deve representar um custo menor, dado que o produto vendido no terceiro trimestre saiu das usinas paulistas, onde o custo é maior, enquanto, para o período atual, ficou disponível o etanol da usina de Goiás, com menor custo.

Segundo a empresa, o capital de giro empregado para manter os estoques para o trimestre teve impacto negativo na dívida líquida, que encerrou o trimestre 26,1% acima do início da safra, em R\$ 1,7 bilhão. O índice de alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda) ficou em 1,8 vez no fim de dezembro, ante 1,61 vez um ano antes. O caixa disponível no fim do terceiro trimestre (R\$ 1,2 bilhão) cobria a dívida de curto prazo (R\$ 710 milhões).

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Agronegócios

**Autor:** Camila Souza Ramos | De São Paulo

**Título:** Debêntures a serviço dos canaviais

O governo prepara uma portaria para permitir que as usinas sucroalcooleiras emitam debêntures incentivadas para financiar projetos agrícolas - e não apenas industriais, como acontece atualmente. O objetivo é estimular a produção de etanol. Já há uma fila com projetos de R\$ 4 bilhões que poderiam

ser destravados ainda neste ano caso esses papéis sejam autorizados, segundo uma fonte.

Dentro do governo, estima-se que essas debêntures, isentas de imposto de renda, possam colocar em marcha, nos próximos três anos, R\$ 16 bilhões em investimento nos canaviais - seja para renovação das lavouras, seja para expansão do cultivo de cana em novas áreas, de forma que as estimativas oficiais de aumento da produção sucroalcooleira sejam alcançados.

A medida atende a reivindicações do segmento, que busca incentivos para investir na recuperação da produtividade da cana, em retração há anos no país. Isso tem ocorrido por falta de investimentos nas lavouras, o que aumenta o tempo de vida dos canaviais e reduz seu potencial produtivo.

Na safra corrente (2018/19), que terminará em março, a produtividade agrícola da cana deverá ficar em 71,3 toneladas por hectare no país, segundo estimativa da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab). Se confirmada, essa média será 2% menor que a da temporada passada. Em uma década, a retração chega a 12%.

Cálculos do governo indicam que, apenas com projetos de renovação de canaviais, a produtividade agrícola teria espaço para crescer 30% se essas debêntures incentivarem aportes nas lavouras.

Mais recentemente, a área de cultivo de cana também passou a recuar no país. Em duas safras, a retração foi de 5%, para 8,6 milhões de hectares, conforme a Conab.

O governo quer garantir que os investimentos incentivados sejam voltados à ampliação da oferta de etanol, para que as usinas atendam à demanda a ser criada pelo RenovaBio, que entrará em vigor em 2020. Pelo cronograma da política, já haverá metas de descarbonização que serão atribuídas a cada distribuidora de combustíveis para 2019, mas a cobrança para seu cumprimento deverá começar só em 2020.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Finanças

**Autor:** Juliana Machado | De São Paulo

**Título:** Vale e exterior recolocam Ibovespa em 94 mil pontos

Depois de duas semanas consecutivas de perdas, a Vale estendeu ontem o movimento de correção e levou o Ibovespa de volta à faixa dos 94 mil pontos. A

ação da mineradora já acumula uma perda de 25% desde o rompimento de sua barragem de rejeitos em Brumadinho (MG), em 25 de janeiro, o que já equivale a uma perda de valor de mercado de R\$ 74 bilhões no período.

A ação da Vale continua aprofundando as perdas com o receio dos investidores envolvendo o papel e o futuro da companhia. No dia 24 de janeiro, último pregão antes da tragédia, a ação da Vale estava cotada a R\$ 56,15 e a companhia valia R\$ 296 bilhões na B3. Ontem, o papel caiu mais 2,64% e voltou a R\$ 42,02. A mineradora tinha valor de mercado de R\$ 222 bilhões. O Ibovespa fechou aos 94.413 pontos, baixa de 0,98%.

A forte desvalorização da Vale desde que a barragem se rompeu em Minas Gerais é consequência das dúvidas em torno do futuro operacional da companhia e da diretoria da empresa, em um momento em que não se sabe ao certo até onde o papel vai para incorporar todas as possíveis consequências da tragédia. A empresa já havia afirmado que é capaz de compensar eventuais paralisações de minas com outros sistemas produtivos, mas a extensão do impacto ainda parece incerta para quem negocia a ação da empresa.

Alguns analistas defendem que não é o momento de estar posicionado no ativo porque as incertezas são grandes e o mercado ainda não chegou a um preço condizente com os riscos envolvendo a empresa. Quem ainda mantém exposição à Vale, no entanto, vê nos fundamentos justificativa para suportar a elevada oscilação do papel.

"Vejo que a ação está assumindo perdas excessivas, porque o mercado é pendular: ou está muito pessimista ou muito otimista. Difícil estar no ponto médio em uma situação dessa", diz um gestor de um fundo com cerca de 5% de exposição à ação da mineradora e que pede para não ser identificado. "Mas os fundamentos não ficam anulados, o risco é muito mais político e de imagem do que propriamente operacional."

Esse profissional destaca que, com a alta forte do minério de ferro - já cotado acima de US\$ 90 a tonelada -, as perdas com multas, indenizações e ações judiciais da companhia podem acabar sendo compensadas ao longo do tempo. "A empresa está saudável em termos operacionais, com dívida baixa e forte geração de caixa. Isso não deve mudar."

Mas, se não bastassem as dúvidas com a mineradora, o dia de ontem foi marcado pela queda também das ações da Petrobras e dos bancos, papéis de elevada liquidez. Sem um direcionamento na frente política local que aliviasse a

percepção de risco e o sem o suporte do exterior, onde o dólar avançou contra as principais moedas, os investidores usaram os ativos mais líquidos para ajustar exposição à renda variável brasileira.

Segundo Eric Hatisuka, gestor da Rosenberg Investimentos, as moedas emergentes sofreram muito no dia e, no caso do Brasil, o fato de a bolsa ter antecipado em boa medida um cenário de reformas fiscais a deixa exposta a correções - mesmo tendo voltado à faixa dos 94 mil pontos após tocar os 98 mil pontos na máxima histórica, o índice ainda sobe 7,43% no ano.

"Entendo que a maior parte da correção já ocorreu, mas uma escorregada maior até a faixa dos 90 mil pontos não pode ser descartada, caso o dólar continue se valorizando [no mundo]", afirma ele.

Em relatório, a Verde Asset afirma que o posicionamento otimista da casa se baseia em dois pilares: um estrutural, que concentra as atenções do mercado agora, e o cíclico, que vai se refletir ao longo do ano no crescimento do lucro das empresas. "Um bom resultado do processo reformista viria para estender e dar longevidade a esta força cíclica", diz.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Espaço Aberto

**Autor:** Rubens Barbosa

**Título:** Política nuclear brasileira: o urânio é nosso?

Com uma visão de médio e longo prazos, o Brasil deveria rever sua política relativa à pesquisa, prospecção e lavra do urânio. O desastre com a usina nuclear de Fukushima, no Japão, em 2011, determinou o fechamento de usinas na Alemanha e no próprio Japão e ocasionou em muitos países a desaceleração de planos para a construção de mais usinas atômicas para geração de energia. Com isso se reduziu a demanda de urânio e de plutônio, combustíveis para essas centrais. Mas agora o mercado internacional para o urânio vem num movimento de alta, cotado ao redor de US\$ 65 por quilo, embora ainda 60% abaixo do pico alcançado em 2011.

A situação mudou. Enquanto naquela época os contratos spot eram reduzidos, agora o custo de produção aumentou e os contratos de longo prazo estão expirando (existem poucos para além de 2020). Segundo opinião de especialistas internacionais, a tendência de longo prazo parece clara: a demanda global deve aumentar perto de 45% até 2025. A China tem 19 reatores nucleares em construção e mais 41 planejados. A Arábia Saudita deve

construir suas duas primeiras usinas. Egito, Jordânia, Turquia e Emirados Árabes Unidos anunciaram programas de construção de plantas. Essa expansão vai requerer novas minas e o preço spot deve aumentar. Casaquistão (com 39% da produção global), Austrália e Canadá respondem por mais de dois terços da produção mundial.

Nesse mercado, a questão do preço não é o que mais conta, mas a segurança de suprimento. Num sinal de que considera essa questão séria, a empresa China National Uranium Corporation adquiriu em novembro uma mina na Namíbia, garantindo pelo menos 3% da produção mundial do minério. E os EUA estão examinando a possibilidade de restringir as importações e estimular a produção doméstica. O Brasil detém a sétima maior reserva de urânio do mundo, mas nossa produção representa apenas 15% do consumo de Angra 1 e Angra 2. O minério é monopólio da União e a estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), sem recursos adequados, é responsável pela prospecção, pesquisa e lavra.

Desde 2015, contudo, a produção foi suspensa porque a mina a céu aberto em Cachoeira na Bahia, a única em exploração no Brasil, deixou de ser viável economicamente. Abandonando a lavra subterrânea, a INB decidiu investir em outra mina a céu aberto, na jazida de Engenho, esperando que a partir de meados do corrente ano comece a lavra da mina. De 2000 a 2015, a produção de concentrado de urânio abasteceu Angra 1 e Angra 2, mas desde 2016 o Brasil vem importando urânio para abastecê-las. Com a construção de Angra 3 e, nos próximos anos, com a provável expansão das usinas nucleares, a demanda interna crescerá significativamente.

Como podemos lembrar, no governo Lula, com a economia crescendo, foi anunciado um ambicioso programa de construção de oito usinas até 2030, que nunca saiu do papel. As bases para uma nova visão dessa questão foram lançadas em dezembro, com a consolidação da Política Nuclear Brasileira, cuja finalidade seria orientar o planejamento, as atividades nucleares e radioativas no País, levando em conta a soberania nacional, com vista ao desenvolvimento e à proteção da saúde humana e do meio ambiente.

O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, produziu documento que trata do fomento da pesquisa e prospecção de minérios nucleares e do incentivo à produção nacional para atender à demanda interna e à exportação, além de assegurar o recurso geológico estratégico do minério nuclear. A nova política é importante porque prevê a abertura do mercado brasileiro. Levando em conta o novo cenário político interno e a evolução do mercado internacional, será importante evitar o equívoco em que a sociedade brasileira incorreu no setor de petróleo.

Antecipando o debate sobre a privatização, não seria, no momento, do interesse brasileiro empunharmos a bandeira do "o urânio é nosso". Dadas as características estratégicas da utilização do minério, seria importante associar o setor privado aos trabalhos da INB. As restrições orçamentárias, derivadas da crise fiscal, certamente devem ter afetado a capacidade de investimento da empresa estatal. A perspectiva de aumento da produção do minério será facilitada pela eventual parceria com o setor privado na exploração mineral. A solução dessa dificuldade vem sendo buscada e uma das possibilidades é a formação de consórcio entre a INB e empresas privadas.

Existe uma série de situações intermediárias em que a venda do urânio secundário extraído pela INB poderia ser lucrativa tanto para o minerador como para a estatal. A solução desse impasse não precisaria, em princípio, passar pela revogação do monopólio, mas provavelmente necessite de alteração na legislação. O mercado interno em expansão nos próximos anos e a tendência de um mercado externo em crescimento e com preços em alta representarão incentivos para o investimento privado.

**O novo ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque**, que tão bem conhece o setor nuclear brasileiro, em seu discurso de posse foi muito claro ao dizer que o novo governo pretende "estabelecer um diálogo objetivo, desarmado e pragmático com a sociedade e com o mercado sobre essa fonte estratégica da matriz energética brasileira". "O Brasil", observou o ministro, "não pode se entregar ao preconceito e à desinformação desperdiçando duas vantagens competitivas raras que temos no cenário internacional – o domínio da tecnologia e do ciclo do combustível nuclear e a existência de grandes reservas de urânio em nosso território." Mãos à obra.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Política

**Autor:** Tânia Monteiro André Borges / BRASÍLIA

**Título:** Governo prepara pacote de obras para Amazônia

Executivo. Projetos incluem ponte sobre o Rio Amazonas, hidrelétrica e extensão da BR-163 até o Suriname; militares querem marcar posição contra "pressões globalistas"

O governo vai começar o seu plano de desenvolvimento pela região amazônica e enviará três ministros ao oeste do Pará para avaliar investimentos de infraestrutura e definir grandes obras na região. A escolha não é casual. O avanço nessas áreas isoladas da floresta e na fronteira atende também a um compromisso de campanha do presidente Jair Bolsonaro de aumentar a

presença do Estado no chamado Triplo A. Trata-se de uma área que se estende dos Andes ao Atlântico, onde organismos internacionais supostamente pretendem criar uma faixa independente para preservação ambiental.

A região é estratégica para os militares, que querem marcar posição contra o que chamam de "pressões globalistas". Como parte dessa estratégia, os ministros Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral da Presidência), Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Damara Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) desembarcam amanhã em Tiriós (PA) para discutir com líderes locais a construção de uma ponte sobre o Rio Amazonas na cidade de Óbidos, uma hidrelétrica em Oriximiná e a extensão da BR-163 até a fronteira do Suriname.

A hidrelétrica teria, na avaliação do governo, o propósito de abastecer a Zona Franca de Manaus e região, reduzindo apagões. A ampliação da BR-163 – construída nos anos 70, ainda inacabada e notória por causa de seus atoleiros – cumpriria uma meta de integração da Região Norte. Já a ponte ligaria as duas margens do Amazonas por via terrestre, ainda feita por travessia de barcos e balsas. O projeto serviria como mais um caminho para o escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste.

Bebianno comparou as iniciativas à retomada do Calha Norte, projeto do governo José Sarney para fixação da presença militar na Amazônia. "A retomada do Calha Norte é fundamental para o Brasil como um todo. Estamos fazendo um mapeamento da região e vamos lá olhar pessoalmente", afirmou o ministro do Estado.

O movimento coincide com ação do governo para combater a influência do chamado "clero progressista" da Igreja Católica na região. O pano de fundo é a realização do Sínodo sobre Amazônia, que será organizado em outubro, em Roma, pelo Vaticano. Entre os temas que serão discutidos estão a situação dos povos indígenas e de quilombolas e os investimentos na região – considerados "agendas de esquerda" pelo Planalto.

A última série de grandes investimentos na Amazônia ocorreu ainda no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o início das obras das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, em Rondônia, e Belo Monte, no Pará. Nos governos Dilma Rousseff e Michel Temer, os canteiros foram abandonados ou perderam o ritmo.

O Planalto justifica a escolha dos projetos com o argumento de que a população dos municípios da margem norte do Amazonas está abandonada e seu objetivo é implementar um plano de ocupação para estimular o mercado regional e definir um "marco" da política do governo de incentivo econômico.

Resistências. Um auxiliar de Bolsonaro afirmou que a presença dos ministros do Meio Ambiente e dos Direitos Humanos na comitiva tem por objetivo reduzir eventuais ataques de ativistas e ambientalistas. A área delimitada para o início do plano estratégico é formada por reservas ambientais e territórios de comunidades isoladas, como a dos índios zoés, na região de Santarém.

Para tentar quebrar resistências, o governo vai incluir termos de responsabilidade socioambiental em todas as obras e firmar compromisso de diálogo com as comunidades locais. A equipe do presidente já antevê, no entanto, reações especialmente de países da União Europeia, que têm ligações com as entidades mais influentes da área de defesa da preservação da floresta.

Militares com cargo no governo recusam a comparação com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado por Lula com obras em todo o País, especialmente no Norte e no Nordeste. Ainda está prevista a retomada do projeto de revitalização dos afluentes do Rio São Francisco.

A viabilidade dos projetos de infraestrutura na Amazônia desenhados pelo Planalto esbarra numa série de dificuldades. As tentativas de se instalar uma usina no Rio Trombetas já fracassaram em outros governos por obstáculos socioambientais. O mesmo problema já comprometeu a continuidade da BR-163. A região é de mata densa, sem estradas. Seria necessário abrir uma rodovia na floresta, região marcada por áreas protegidas.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** Renée Pereira

**Título:** Credores questionam recuperação da Queiroz Galvão Energia na Justiça

Disputa. Braço do grupo citado na Lava Jato tenta reorganizar dívida de R\$ 3,8 bilhões em processo de recuperação extrajudicial; alguns credores, no entanto, apontam conflito de interesse que beneficiaria dois fundos estrangeiros – movimento que chamou a atenção do MP

Credores da Queiroz Galvão Energia (QGE) entraram na Justiça para questionar o plano de recuperação extrajudicial da empresa, que tem dívida de R\$ 3,8 bilhões. Um deles, a Eng Participações, acusa a companhia de conluio para beneficiar dois credores que teriam participação no grupo. O caso já chamou a atenção do Ministério Público do Estado de São Paulo, que se manifestou semana passada sobre o processo. O promotor Joel Bortolon Junior afirmou que vai aguardar o prazo para apresentação de todas as impugnações dos credores,

que termina dia 19 de fevereiro, para “se manifestar a respeito de possível indeferimento do plano de recuperação extrajudicial”.

No fim de janeiro, o juiz responsável pelo processo já havia sinalizado que poderia impugnar o plano caso seja confirmado o conflito de interesse. Os questionamentos envolvem os credores que assinaram o plano de recuperação da QGE, um dos braços do grupo envolvido na Lava Jato. Ao contrário do que ocorre no processo judicial, numa recuperação extrajudicial o plano precisa ser assinado previamente por credores detentores de mais de 60% da dívida afetada. Só depois disso é feito o pedido de homologação da recuperação. No caso, da QGE, a aprovação alcançou 68,2%. Com esse quórum, o plano passou a valer para todos os demais credores. Opções. Pela proposta apresentada, uma das opções aos credores é o pagamento de 2% da dívida após dez anos da homologação do plano.

Há também a alternativa de permuta do montante por ações de sociedade de propósito específico (SPE), que terá a QGE como holding; e a troca de 10% dos créditos por debêntures emitidas pela SPE e 90% por bônus de subscrição de ações ordinárias da mesma empresa. Para os credores que não assinaram o plano, a proposta é uma provocação. Mais o problema maior está na composição de quem aceitou a proposta (chamados de credores signatários), afirma o advogado que representa a Eng Participações, Ronaldo Cramer, do escritório Nunes Ferreira, Vianna Araújo, Cramer, Duarte Advogados.

Ele afirma que, nos últimos tempos, esses credores compraram créditos que os bancos tinham com a QGE e passaram a praticamente controlar a empresa. Isso ocorreu por meio de dois fundos de investimentos, que seriam controlados pela gestora Castlelake – conhecida como fundo abutre, que investe em empresas em dificuldades, diz ele. Na petição da Eng, os advogados afirmam que tiveram acesso ao contrato confidencial entre a empresa e os credores. No documento, dizem eles, a Queiroz cede aos credores signatários (que assinaram ao plano) o “direito de eleger executivos para comandar a administração do grupo e assume a obrigação de pagar a eles R\$ 200 milhões (por meio da emissão de debêntures da holding Queiroz Galvão)”.

A QGE foi procurada, mas não quis se pronunciar. A Castlelake não respondeu. A insatisfação da Eng Participações, que detém algo em torno de R\$ 250 milhões de créditos a receber, também é de outros detentores da dívida da Queiroz. A Casa dos Ventos, empresa que desenvolve e vende projetos de energia eólica, também questiona o plano da QGE na Justiça. A empresa vendeu parques eólicos para o grupo e tem o direito de receber um percentual da produção dos empreendimentos em operação e daqueles que ainda serão concluídos. A Casa dos Ventos foi procurada, mas não quis falar sobre o assunto.

O pedido de recuperação extrajudicial da QGE foi feita no fim de novembro por causa da inadimplência com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Sem o pagamento, o órgão poderia expulsar a empresa do ambiente de negócios, o que complicaria ainda mais sua situação financeira. Grupo. A recuperação da QGE faz parte de uma reestruturação mais ampla do grupo Queiroz Galvão, que deve cerca de R\$ 10 bilhões. As negociações se arrastam desde 2016 e ainda não foram concluídas. Não está descartado o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Metrópole

**Autor:** André Borges / BRASÍLIA

**Título:** Governo quer tirar trabalhadores de área de risco de barragens

Após desastre em MG, agência federal pede a empresas que removam instalações perto de depósito de rejeitos

Após a catástrofe de Brumadinho (MG), a Agência Nacional de Mineração (ANM) decidiu pedir às mineradoras que tomem medidas para retirar instalações onde atuam seus trabalhadores que estejam em áreas de risco de barragens de rejeitos. A maior parte dos 165 mortos e 155 desaparecidos registrados até agora na tragédia da Vale é de funcionários contratados pela empresa.

Ontem, um despacho publicado no Diário Oficial da União traz uma série de exigências a 111 empreendedores, os quais, segundo a ANM, são os donos dos 790 reservatórios de rejeitos espalhados por todo o País. A agência dá prazo de 15 dias, a contar desta segunda-feira, para que as mineradoras atualizem o Plano de Atendimento a Emergência de Barragem da Mineração de suas estruturas.

O documento, segundo a agência, deve trazer o mapeamento de "instalações de suporte aos empreendimentos localizados na área de influência das barragens". O órgão pede que as mineradoras avaliem "de imediato, a necessidade de remoção dessas instalações com vistas a resguardar a integridade dos trabalhadores desses empreendimentos".

No caso da barragem que rompeu em Brumadinho no dia 25, por exemplo, o refeitório e uma unidade administrativa da mina ficavam na área por onde a lama avançou. Sobre a instalação de sirenes, a agência pediu que, até 30 de abril, sejam instalados equipamentos desse tipo nas regiões conhecidas como "zona de autossalvamento". Trata-se de lugares que ficam abaixo da barragem.

A agência afirma que "se considera que os avisos de alerta à população são da responsabilidade do empreendedor, por não haver tempo suficiente para uma intervenção das autoridades competentes em situações de emergência".

Antes da tragédia de Brumadinho, portaria do governo publicada em maio de 2017 dava até dois anos de prazo para que essas instalações fossem feitas pelas empresas. A ANM, conforme disse o governo em 31 de janeiro, deu prazo de três dias para que as mineradoras informem se houve e quais foram as providências adotadas quanto à segurança de suas barragens após a tragédia de Brumadinho.

Inspeção diária. Até o próximo dia 14, as empresas também terão de informar se cumpriram as recomendações de inspeção e revisão periódica de segurança, sob pena de serem interditadas. As mineradoras terão de atualizar seus Planos de Segurança de Barragem e comunicar o início de "inspeções especiais diárias" via sistema.

Até o próximo dia 25, os empreendedores ainda devem apresentar a "Declaração de Condição de Estabilidade" de suas barragens referente a março, incluindo dados sobre a "condição da estrutura" e estudo sobre a "liquefação para condição não drenada". A falta de drenagem e o excesso de água estão entre as principais hipóteses para o rompimento em Brumadinho.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Metrópole

**Autor:** TEO CURY e RENAN TRUFFI

**Título:** Congresso pode criar CPI mista

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM-AP), informou ontem que vai adiar a leitura do pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre Brumadinho (MG). A leitura estava prevista para hoje. Mas, de acordo com ele, há uma articulação com a Câmara dos Deputados para que seja criada uma CPI mista.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Editorial

**Autor:**

**Título:** Agência viciada

No Brasil, quando acontecem catástrofes do porte de Brumadinho e Mariana, vêm a lume fatos que não poderiam ter passado despercebidos. Por aqui, é

grande a promiscuidade entre empresas de mineração e os órgãos do Estado encarregados de fiscalizar o setor.

Bastaria um exemplo — a localização de um refeitório e de áreas administrativas no caminho do tsunami de lodo que o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão deflagraria.

A informação tenebrosa consta do próprio plano de emergência da Vale, segundo o qual a avalanche varreria os prédios em um minuto. O documento, ao que parece, chegou às mãos de autoridades incumbidas de garantir a segurança. Não é preciso ser engenheiro para concluir que aquelas construções não deveriam estar ali.

O país conta com uma Agência Nacional de Mineração (ANM), que sucedeu em 2018 o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) na tarefa de monitorar o setor. Após o desastre da Samarco em novembro de 2015, os reguladores elencaram medidas para evitar novas tragédias. A experiência demonstrou sua inocuidade.

A fiscalização fica, na prática, a cargo das próprias mineradoras. Elas contratam firmas privadas para avaliar a estabilidade das barragens. Produzem-se relatórios que vão dormir nas prateleiras dos órgãos responsáveis por verificá-los.

Eduardo Leão, diretor da ANM, admitiu que o órgão carece de pessoal para fiscalizar as 740 barragens do Brasil, 88 delas erguidas pelo sistema de alteamento a montante que produziu as hecatombes de Mariana e Brumadinho.

Havia no DNPM em 2010 um total de 1.140 funcionários. Hoje são 820, e neste ano 300 ficam em condição de se aposentar.

E de se perguntar o que faz um diretor de uma repartição reconhecidamente fadada a descumprir seu mandato. A situação se complica por Leão ter sido durante anos funcionário da mesma Vale.

Não se trata de deitar dúvida sobre a capacidade técnica ou a idoneidade pessoal do servidor, mas de constatar o padrão constrangedor de portas giratórias entre reguladores e interessados na mineração, que se repete na ANM.

Sua diretoria abriga ainda um deputado filho de prefeito de cidade no Ceará com jazidas de urânio e fosfato, técnicos indicados por políticos de estados produtores, como Minas Gerais e Goiás, e uma geóloga ré em processo criminal.

Agências reguladoras existem basicamente para garantir o interesse público difuso no funcionamento de determinado setor da economia. Não foi o que se viu, porém, em Brumadinho e Mariana.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Maria Cristina Frias

**Título:** Mercado Aberto

Vale deverá ter participação reduzida no Ibovespa em maio, dizem economistas

O rompimento da barragem em Brumadinho (MG), que chegou a fazer a Vale perder mais de R\$ 70 bilhões em valor de mercado, deverá também reduzir a participação da mineradora no Ibovespa, segundo economistas.

O índice, composto pelas ações mais negociadas e representativas na Bolsa, é renovado a cada quatro meses. A próxima atualização ocorrerá em maio.

O papel ordinário da Vale é o que tem o terceiro maior peso da carteira, atrás de ações preferenciais de Itaú e Bradesco.

“Provavelmente a empresa terá uma perda de peso no índice. Embora seja pouco provável que saia da lista, pode mudar de posição”, diz Joelson Sampaio, coordenador do curso de economia da FGVEESP.

O efeito também poderá se estender para outras empresas ligadas ao setor, de acordo com Marcos Piellusch, coordenador do Labfin da FIA.

“Todas as mineradoras de alguma maneira sofrem em função da expectativa de mudanças como a possibilidade de ter barragens fechadas ou de ter produções suspensas.”

Tudo dependerá dos próximos dois meses, mas é preciso considerar também que há chance da importância do papel no Ibovespa aumentar em maio, afirma Álvaro Bandeira, economista-chefe da Modal.

“A ação já vinha sendo bastante procurada por causa de sua política de dividendos, o que aumentou sua liquidez na Bolsa. Com a tragédia, foi muito mais negociada. Pode ser que cresça e depois caia no outro quadrimestre.”

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Data: 12/02/2019****Seção: Mercado****Autor: RIO DE JANEIRO****Título: Procuradoria quer R\$ 2 mi de indenização por trabalhador**

Proposta foi levada pelo Ministério Público a vale e é discutida com sindicatos

O MPT (Ministério Público do Trabalho) em Minas Gerais discute com sindicatos valores de indenização para as famílias de trabalhadores mortos ou desaparecidos pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG).

A Procuradoria apresentou à companhia proposta para assegurar o pagamento de, no mínimo, R\$ 2 milhões em indenização por dano individual ao grupo familiar dos trabalhadores mortos ou desaparecidos na tragédia.

O desastre liberou uma onda de lama que atingiu a área administrativa e o refeitório da companhia, onde estavam centenas de trabalhadores.

Até esta segunda, foram confirmados 165 mortos e pelo menos 160 ainda estão desaparecidos.

O rompimento da estrutura foi no dia 25 de janeiro.

A proposta da Procuradoria tem como condição ainda oitiva prévia e concordância expressa dos beneficiários.

“A indenização envolveria familiares de funcionários próprios e terceirizados que prestavam serviço para empresa”, disse o órgão em comunicado.

Procuradores do Trabalho se reuniram na tarde de sexta-feira (8) com representantes da companhia, em Belo Horizonte.

Além da indenização, os procuradores propuseram à empresa manutenção de contratos firmados com terceirizadas pelo prazo mínimo de três anos e emissão imediata de comunicações de acidente de trabalho para todos os trabalhadores.

Na mesma reunião, a Vale fez uma proposta diferente, considerando o pagamento de danos materiais correspondentes a dois terços de um salário mensal líquido até a data em que o trabalhador completaria 75 anos.

Em relação aos danos morais, a empresa se propôs pagar R\$ 300 mil reais ao cônjuge ou companheiro, R\$ 300 mil para cada filho ou filha, R\$ 150 mil reais

para cada pai e mãe; R\$ 75 mil reais para cada irmão ou irmã. Essas indenizações abrangeriam funcionários próprios e terceirizados.

Durante a reunião, a empresa garantiu emprego com o pagamento do salário e demais vantagens previstas no contrato de trabalho para os empregados de Brumadinho até 31 de dezembro deste ano.

Segundo o MPT, a Vale não apresentou propostas em relação à estabilidade no emprego e à emissão das comunicações de acidente de trabalho dos terceirizados.

Na quinta-feira (14), haverá uma assembleia em Brumadinho com a participação dos procuradores, entidades de classe, trabalhadores e familiares dos atingidos pelo desastre.

A Vale já anunciou que buscará firmar acordos extrajudiciais com as famílias das vítimas da tragédia. A intenção é evitar processos longos na Justiça.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 12/02/2019**

**Seção: Colunas**

**Autor: Ancelmo Gois**

**Título: Com processo, não há negociação com a Bolívia**

O Brasil também tem interesse, embora talvez numa quantidade menor, em renovar o acordo de gás com a Bolívia, que vence em dezembro. Mas a Petrobras só quer começar a negociar depois que Evo Morales, que tanto precisa vender o gás de seu país, retirar um processo que ele mesmo abriu na Justiça local em 2006 — em sua fase, digamos, radical — contra três funcionários da Petrobras que participaram da negociação do acordo que agora termina. Ele considerou o negócio “lesivo” à Bolívia.

### **Os três funcionários...**

São eles: Gerson José Faria Fernandez, Carlos Eduardo Sardenberg e Décio Oddone, o atual diretor-geral da ANP e, à época, presidente da “Petrobras Bolívia”.

### **Por falar em Petrobras...**

O geocientista gaúcho Mario Carminatti, que era o geólogo chefe da Petrobras na época da descoberta do pré-sal, em 2006, será homenageado: um petroleiro da Transpetro receberá o nome dele. Merece.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 12/02/2019****Seção: O País****Autor: MANOEL VENTURA****Título: Agência de mineração determina inspeção diária em barragens**

Medida vale para reservatórios iguais ao que rompeu em Brumadinho; empresas terão até o dia 30 para instalar sirenes

A Agência Nacional de Mineração (ANM) determinou ontem que mineradoras realizem inspeções diárias em barragens de rejeitos do modelo alteamento a montante, o mesmo tipo dos reservatórios da Vale que se romperam em Brumadinho e Mariana. As informações obtidas a partir das inspeções diárias deverão ser enviadas pelas mineradoras ao Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração. A ANM também determinou a instalação de sirenes nas barragens até 30 de abril. Em reservatórios com alteamento a montante, a estrutura cresce em forma de degraus, utilizando o próprio rejeito do processo sobre o dique inicial. Especialistas consideram esse modelo o mais inseguro de todos. O país tem hoje 88 barragens construídas dessa forma.

#### MANIFESTO DE SERVIDORES

Um documento assinado por 51 servidores da Agência Nacional de Mineração em Minas Gerais revela a situação de penúria enfrentada pela repartição federal encarregada de fiscalizar barragens no estado. Redigido no dia 7 deste mês, o documento é assinado por engenheiros, geólogos, analistas, técnicos, agentes e especialistas em recursos minerais do órgão. O texto cita a ausência de pessoal, a falta de dinheiro, carros e até de equipamentos modernos para realizar a fiscalização de 351 barragens situadas em Minas, estado que concentra o maior número de barragens de rejeitos no país.

Os servidores pedem investigação sobre o destino dado à verba arrecadada com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais devida à ANM. Ela é paga pelas empresas que exploram minérios. Dados do Tribunal de Contas da União anexados pelos servidores apontam que, em 2014, o órgão deveria receber R\$ 167,77 milhões, mas obteve apenas R\$ 15,44 milhões, cerca de 9% do total. A ANM não se manifestou sobre as críticas até o fechamento desta edição.

#### RESSARCIMENTO

A Advocacia-Geral da União (AGU) vai cobrar da Vale o ressarcimento de prejuízos das vítimas do rompimento da barragem da companhia em Brumadinho, Minas Gerais. A afirmação partiu do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que ontem afirmou não achar justo que famílias usem os recursos do FGTS para cobrir danos. De acordo com ele, é uma poupança dos trabalhadores, cabendo à empresa compensar as perdas. Já a Vale pediu mais tempo para analisar o plano de reparação proposto pelo Ministério Público Federal. (Colaborou Jailton de Carvalho)

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 12/02/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: JOÃO SORIMA NETO E GABRIEL MARTINS**

**Título: Bolsa cai 0,98% em movimento de venda de ações**

À espera de decisões na política econômica, investidores se desfazem dos principais papéis do Ibovespa após onda de otimismo

SÃO PAULO E RIO- Pressionado pelas ações de Vale, Petrobras e bancos, o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, fechou ontem com queda de 0,98% aos 94.412 pontos. Segundo operadores, investidores venderam as ações mais negociadas do índice, num movimento de correção do forte otimismo que tomou conta do mercado em janeiro.

## MINÉRIO EM ALTA

Na volta do feriado do ano novo chinês, o preço do minério de ferro subiu no exterior, mas as ações da Vale não refletiram este movimento. Os contratos futuros do minério na China subiram mais de 5%, atingindo o maior nível desde 2014. Essa alta é influenciada pela redução da produção da própria Vale, maior produtora global, em meio a medidas impostas à empresa por autoridades e pela Justiça após o rompimento da barragem de Brumadinho.

Na contramão do minério de ferro, o preço do petróleo recuou no mercado internacional. O barril do tipo WTI caiu 0,59% e encerrou cotado a US\$ 52,41. Os papéis preferenciais da Petrobras recuaram 1,23%, a R\$ 25,13, enquanto as ações do Itaú da mesma categoria perderam 0,67%, a R\$ 37,31. Já as preferenciais do Bradesco caíram 0,13%, cotadas a R\$ 44,67.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 12/02/2019****Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA****Título: Incêndio atinge área da usina de Belo Monte, no Pará**

Fogo começou no almoxarifado, mas, segundo empresa, não houve vítimas

BRASÍLIA- Um incêndio atingiu ontem uma área da hidrelétrica de Belo Monte, em Vitória do Xingu, sudoeste do Pará. A Norte Energia, consócio responsável pelo empreendimento, informou que não houve vítimas e que “os danos são somente materiais”. Por medida de segurança, todos os trabalhadores foram retirados do local.

O incêndio, segundo a empresa, começou no fim da tarde e atingiu o galpão de almoxarifado do Consórcio Construtor Belo Monte, responsável pela obra da usina. A Norte Energia informou que, “de imediato, foram tomadas providências de envio da brigada de emergência do canteiro de obras” e também foi necessário o acionamento do Corpo de Bombeiros de Altamira, que fica a 50 quilômetros.

Cercada de polêmicas, Belo Monte será a maior hidrelétrica totalmente brasileira quando estiver integralmente concluída, já que Itaipu é dividida com o Paraguai. O custo da obra já chega a R\$ 30 bilhões. Vinte das 24 unidades geradoras estão em operação, mas a conclusão da usina está prevista para dezembro de 2019, quando terá capacidade instalada de 11.2 mil megawatts (MW), com média de geração de menos da metade: 4,5 mil MW. A área alagada dos seus reservatórios totaliza 478 quilômetros quadrados entre os municípios de Altamira, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu.

**VEÍCULO: Correio Braziliense****Data: 12/02/2019****Seção: Brasil****Autor: João Henrique do Vale****Título: 160 mortos identificados**

Subiu para 160 o número de mortos identificados na tragédia de Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Até agora, são 165 corpos resgatados. O número de desaparecidos caiu: 155. Desses, 37 são funcionários da Vale e 118 são de empresas terceirizadas e das comunidades atingidas pelo mar de lama. Duas pessoas continuam hospitalizadas.

O trabalho de buscas é feito com uma nova estratégia. Ontem, era possível ver

pelo menos 12 tratores trabalhando na “zona quente” — a área mais atingida pelo mar de lama. Como a quantidade de corpos encontrados no patamar mais superficial da lama diminuiu, os bombeiros se voltam a uma análise mais profunda do rejeito, com o apoio intensificado das máquinas pesadas, e passam a retirar a lama dos locais onde o rejeito se acumula.

A Vale deu início ontem ao processo de registro para doação a moradores, produtores rurais e comerciantes atingidos pelo rompimento da barragem. A doação é um tipo de apoio financeiro com fins humanitários e não se trata de indenização, como explica a mineradora em nota à imprensa. Podem receber o valor de R\$ 50 mil os moradores da Zona de Autossalvamento (ZAS), numa extensão de até 10 quilômetros, definida no Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM).

O valor para produtor rural é de R\$ 15 mil por núcleo familiar e o mesmo montante para dono de estabelecimento na área ou pequena atividade industrial.

### Evacuados

A ArcelorMittal e a Vale iniciaram ontem os esquemas de transporte para escolas e trabalho das pessoas evacuadas de área de risco de barragens de rejeitos de propriedade das empresas em Itatiaiuçu e Barão de Cocais, respectivamente, na sexta-feira. No caso da Arcelor, são 113 pessoas dos distritos de Vieiras e Pinheiros que foram levadas para hotel em Itaúna e 53 para casas de parentes e amigos. Em Barão de Cocais, 284 pessoas foram levadas para hotéis e 208 estão em casa de parentes. Elas tiveram que deixar suas casas depois de as sirenes da barragem Serra Azul (da Arcelor) e Sul Superior da Mina de Gongo Soco (da Vale) soarem na madrugada de sexta-feira. A segurança das barragens ainda passa por avaliação.

- **376**  
*Número de pessoas  
envolvidas nos resgates*

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Brasil

**Autor:**

**Título:** ANM quer remoções em áreas de risco

Depois do acidente com a barragem em Brumadinho, a Agência Nacional de Mineração (ANM) decidiu pedir às mineradoras que tomem medidas para retirar instalações onde atuam seus trabalhadores e que estejam em áreas de risco de suas represas. A maior parte dos 165 mortos e das 155 pessoas desaparecidas registradas até agora na tragédia da mineradora Vale é de funcionários contratados pela empresa.

Ontem, um despacho publicado no Diário Oficial da União traz uma série de exigências a 111 empreendedores, os quais, segundo a ANM, são os donos das 790 barragens de rejeito espalhadas por todo o país. A agência dá um prazo de 15 dias, a contar de ontem, para que as mineradoras atualizem o Plano de Atendimento a Emergência de Barragem da Mineração (PAEBM) de suas estruturas. O documento, segundo a ANM, deve trazer o mapeamento de “instalações de suporte aos empreendimentos localizados na área de influência das barragens”. O órgão pede que as mineradoras avaliem “de imediato, a necessidade de remoção dessas instalações com vistas a resguardar a integridade dos trabalhadores desses empreendimentos”.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 12/02/2019

**Seção:** Brasil

**Autor:**

**Título:** Começa o ano letivo

Cerca de sete mil estudantes de escolas públicas estaduais e municipais voltaram às aulas, ontem, em Brumadinho. O ano letivo deveria ter começado no dia 4, mas as aulas estavam suspensas porque as vias de acesso da zona rural da cidade mineira ao centro foram interditadas pela lama de rejeitos da barragem que ruiu em 25 de janeiro. Moradores do Córrego do Feijão e do Parque da Cachoeira foram os mais afetados pela falta de acesso.

Foi feita uma estrada provisória para a passagem de veículos escolares e carros autorizados, enquanto a Vale, dona da barragem que se rompeu, faz obras de instalação de uma ponte de 50 metros para restaurar o trânsito na Avenida Alberto Flores para as duas comunidades até a área central. O prazo previsto para a construção é de três semanas.

## Animais

Ontem, o Ibama impôs uma multa diária de R\$ 100 mil à Vale até que a empresa execute “de forma integral e satisfatória” o plano de salvamento de animais atingidos pelo desastre. As exigências do órgão ambiental incluem medidas

como a instalação de hospital de campanha para reabilitação dos animais resgatados e centro para triagem e abrigo.

**MME / ASCOM .**